

2.1 PEDIDO DE ISENÇÃO OU REDUÇÃO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS:

Submetem-se à consideração do Executivo os pedidos de isenção ou redução de taxas e outras receitas municipais, apresentados pela **Associação Canja – Centro de Apoio Nacional a Jovens e Adultos e Confeitaria Rosil – Domingos Silva, Lda.**

Bp/3191/2016

PEDIDO DE ISENÇÃO OU REDUÇÃO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS

Nos termos do disposto no nº 1 do art.º 41º do Regulamento de Taxas e Licenças Municipais, submete-se pedido de **isenção de taxas** de Ocupação de Espaço Público, apresentado por "Associação Canja – Centro de Apoio Nacional a Jovens e Adultos", para a realização das designadas "Feirinhas d' ACANJA".

Trata-se de Ocupação de Espaço Público para uma feira ou mercado urbano, prevista no nº 2.10 da Tabela de Taxas e Licenças e apresenta a seguinte fundamentação:

*"A Associação Canja – Centro de Apoio Nacional a Jovens e Adultos é uma Associação (...) que presta apoio psicológico a pessoas desfavorecidas, e na sua Área Cultural e Recreativa dinamiza diversas actividades, sendo uma delas, designada **"Feirinhas d' ACANJA"**, a qual se realiza ao 3º sábado de cada mês e domingos festivos.*

Os objectivos são a divulgação dos trabalhos das sócias artesãs, promover o relacionamento interpessoal entre as associadas e incrementar o comércio do artesanato no município de Braga.

(...) Ao longo das edições, a Associação CANJA promove ações solidárias, tais como a doação solidária, sinalizada pela ação social da associação.

Desta forma, vêm solicitar isenção de taxas e autorização para ocupação da via pública em vários locais da cidade de Braga (devidamente requeridos), de forma a permitir mais rotatividade para a realização do evento, aumentar a motivação das nossas sócias e sócios artesãos, podermos continuar a apoiar causas sociais e ainda dinamizar o centro da cidade de Braga."

O valor das taxas, referente ao mercado a realizar no dia 16 de abril, importa em **64,25€**.

- Considerando que foi criada taxa específica para este tipo de Ocupação, em reunião de Assembleia Municipal de 30/04/2015, especialmente adaptada a este tipo de evento com grande "consumo" de espaço utilizado, com duração de apenas umas horas, no valor de 0.20€/m2/dia;
- Considerando que o valor das taxas a pagar por cada feira/mercado, se poderá considerar "simbólico";
- Considerando tratar-se de evento realizado com regularidade e periodicidade mensal, que beneficiou de isenção de taxas até à criação da taxa específica;

- Considerando que no caso vertente se assiste à regularidade e periodicidade do evento,
- Considerando que se trata de promoção de actividade comercial, concorrente dos operadores económicos a exercerem actividade em instalações fixas, sujeitas a vários tipos de tributação;
- Considerando que a isenção ou redução de taxas pressupõe o fundamento no manifesto e relevante interesse municipal da actividade desenvolvida, atendendo ao previsto no artigo 39º e seguintes do Regulamento de Taxas e Licenças Municipais;
- Considerando que situações análogas mereceram parecer negativo à isenção de taxas do Sr. Vereador Professor Miguel Bandeira, responsável pela dinamização e revitalização urbana do Centro Histórico, atendendo ao facto de se tratar de actividade conflituante com o comércio tradicional;

Sou de parecer que não é de deferir a pretensão aqui veiculada. À consideração superior.

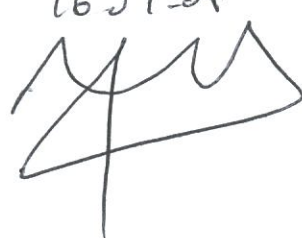
Braga 06 de abril de 2016.

A Chefe Divisão Financeira



(Mª de Fátima Dordio)

*À m. do Excmo, com proposta
de indeferimento. 1629-27*



P.ED/3037/2016

PEDIDO DE ISENÇÃO OU REDUÇÃO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS

Nos termos do disposto no nº 1 do art.º 41º do Regulamento de Taxas e Licenças Municipais, submete-se pedido de isenção/redução de taxas, apresentado por “**Confeitaria Rosil – Domingos Silva, Lda.**”, para Licença de Ocupação do Domínio Público Municipal com o estacionamento privativo de veículos automóveis, Registo nº12537, junto ao seu estabelecimento no gaveto da Avenida da Liberdade, nº 418, com a Rua 25 de Abril, para o ano de 2016.

Considerando que a Confeitaria Rosil é uma entidade de direito privado, a redução ou isenção de taxas pretendidas, salvo melhor opinião, não fará sentido, uma vez que esta taxa corresponde precisamente à privatização de lugar de estacionamento, e o argumento aduzido de dificuldade de locomoção de um dos sócios não se pode considerar de interesse público. Não se encontra base legal para o pedido de redução/isenção no Regulamento supramencionado.

Assim, somos de parecer que não é de deferir a pretensão aqui veiculada.

O valor das taxas em questão importa em 939,00€

À consideração superior.

Braga 30 de março de 2016

A Chefe Divisão Financeira



(Mª de Fátima Dordio)

*A m do Excmo,
a propósito de indeferimento.*

1604.01

